

# ROMANCE HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO E COLONIZAÇÃO PORTUGUESA: OS RECURSOS NARRATIVOS DE UMA FORMA LITERÁRIA EM O TETRANETO DEL-REI E A GLORIOSA FAMÍLIA<sup>1</sup>

CONTEMPORARY HISTORICAL NOVEL AND  
PORTUGUESE COLONIZATION: THE NARRATIVE  
RESOURCES OF A LITERARY FORM IN O TETRANETO  
DEL-REI AND A GLORIOSA FAMÍLIA

Rogério Max Canedo<sup>2</sup>

---

1. As discussões estabelecidas aqui teve início no trabalho de pesquisa de doutorado, cujo produto final, intitulado *O romance histórico da colonização: a figuração artística transgressiva do passado em O tetraneto Del-Rei, de Haroldo Maranhão, A gloriosa família, de Pepetela, e As naus, de António Lobo Antunes*, pode ser aferido no seguinte endereço eletrônico: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20766>.

2. Professor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa e Ensino de Literaturas na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás.



Via Atlântica, São Paulo, v. 25 n. 2, pp. 213–227, abr. 2025

<https://doi.org/10.11606/va.v25.n2.2025.204434>

## RESUMO

O presente texto procura ilustrar a maneira pela qual dois importantes romances das literaturas brasileira e angolana cumprem o papel de representar determinados períodos da história dessas nações, mais especificamente, a história do processo de colonização e os desdobramentos advindos dele. Trata-se de *O tetraneto Del-Rei* (1982), de Haroldo Maranhão e *A gloriosa família* (1997), de Pepetela. O que procuramos delinear é a forma como os romances históricos (LUKÁCS, 2011); (AINSA, 1991); (ANDERSON, 2007), desses dois autores recuperam um importante fato pretérito e dá, a ele, uma reconfiguração geradora de interpretações amplas e similares sobre a história fundacional dos países de ambos os lados do Atlântico.

### Palavras-chave

Literatura e História; Romance Histórico; Colonização; Brasil; Angola.

## ABSTRACT

This text seeks to illustrate the way two important novels from Brazilian and Angolan literatures fulfill the roll of representing certain periods of the history of these nations, or, more specifically, the history of the colonization process and its unfolding. The novels are *O tetraneto Del-Rei* (1982), by Haroldo Maranhão, and *A gloriosa família* (1997), by Pepetela. What we seek to show is the process the historical novels (LUKÁCS, 2011); (AINSA, 1991); (ANDERSON, 2007), from these two authors recover a neglected important fact to which is given a reconfiguration which generates wide and similar interpretations about the foundational history of these countries in both sides of the Atlantic.

### Keywords

Literature and History; Historical Novel; Colonization; Brazil; Angola.

*Cuanto mejor conozcamos nuestro pasado, mejor entenderemos nuestro presente; y cuanto mejor comprendamos nuestro presente, en mejores condiciones estaremos para afrontar felizmente nuestro futuro.*

Carlos Mata Induráin

O caminho trilhado nas reflexões a seguir busca expor a maneira pela qual a produção do romance histórico contemporâneo abre um diálogo nítido com a história, mais especificamente com os resultados do processo colonizador português sobre duas porções geopolíticas: Brasil e Angola. Essa forma narrativa de ficção capta e agrega, com bastante propriedade, matérias inerentes ao campo da Historiografia, por isso buscaremos apontar como esse modelo de escrita teorizado pelo húngaro György Lukács (2011) dá condições da captação do movimento própria da história dos povos, assim como mostraremos como romance histórico contemporâneo, visto aqui pelas lentes críticas de estudiosos como o uruguaio Fernando Ainsa (1991) e o inglês Perry Anderson, torna-se, no século XX, o modelo exemplar daquela modalidade nascida com Walter Scott, em 1814. Depois de uma apresentação concisa da longa relação entre a literatura e a história, buscaremos compreender quais foram as estratégias narrativas ficcionais propostas pelos dois romances históricos contemporâneos, aqui em discussão, que os tornaram integrantes de um modelo de escrita cuja base central é a compreensão do presente pela mirada ao passado.

De maneira geral, a literatura e a história sempre estiveram bem próximas. Segundo Aristóteles, acerca do historiador e do artista, “a diferença está em que um narra acontecimentos e o outro, fatos quais poderiam acontecer” (1988, p. 28). No entanto, ao definir as funções do artista – aquele que faz versos –, do historiador – aquele que faz prosa –, propõe que ambos compõem áreas que servem de matéria uma a outra. Se ocorre ao poeta fazer uso das coisas concretas “nem por isso é menos criador; nada impede que alguns fatos reais sejam verossímeis e possíveis, e é em virtude disso que ele é seu criador” (ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO, 1988, p. 29).

Ao tentar mapear como o diálogo entre as duas áreas fora sendo estabelecido desde a Idade Clássica, o historiador Peter Burke ressalta que “os escritores gregos e seus públicos não colocavam a linha divisória entre história e ficção no mesmo lugar em que os historiadores a colocam hoje” (BURKE, 1997, p. 108). Segundo o pesquisador, essa margem era muito mais tênue. Em consequência disso, os fatos e a imaginação eram convergentes, sem que isso causasse problemas ou desconfortos, portanto sem maiores ou necessárias restrições. Já na Idade Média, como esclarece o historiador, as mesmas fronteiras eram bem mais vulneráveis, por isso mesmo de difícil distinção.

Nesse período, textos de cunho fictício habitavam as estantes do saber factual, enquanto os relatos da vida cotidiana eram produzidos sob a forte influência da imaginação, sem, contudo, uma definição clara entre a função de cada uma dessas matérias. Segundo aponta Peter Burke, os estudiosos de todos os tempos, ao mapearem a Idade Média, não lograram separar com precisão os campos específicos da história e/ou da literatura, pois se trata de um período no qual a demarcação desses territórios “era extremamente aberta, tanto assim que é difícil para nós localizá-la” (BURKE, 1997, p. 109). Por seu turno, coube ao Renascimento o retorno à prática de reconhecimento desses espaços. As concepções renascentistas estiveram mais ligadas àquelas da Idade Clássica, com o diferencial de serem agora clareadas e reestabelecidas em função mesmo das definições mais evidentes sobre os vários campos do saber, cada vez mais distintos e isolados.

No entanto, é na metade do século XIX que a união entre literatura e história se viu bastante fragilizada. Nesse período ocorre uma espécie de divórcio epistemológico, para lembrar as palavras de Peter Burke (1997). Todavia, mesmo com o novo cenário, o romance, como produto que dá a conhecer a história, não deixou de ser procurado pela maioria dos leitores, tanto que, lembra-nos o historiador, foi já no final do mesmo século que as frentes historiográficas promoveram um novo modelo de escrita, a saber, a história social, muito mais próxima do romance que as escritas factuais anteriores. Segundo Peter Burke, “essa foi uma tentativa de competir com o romance pela atenção do público feminino” (1997, p. 111)<sup>3</sup>.

O século XIX foi também o momento privilegiado para o desenvolvimento de frentes científicas como o Positivismo. Nesse aspecto, o cientista da história foi se distanciando sobremaneira do ficcionista. Em consequência disso, a definição das fronteiras entre literatura e história foi ficando cada vez mais latente. Situação inversa ocorre no século XX, em que as mesmas fronteiras se tornam vulneráveis, diluídas ou reabertas pelo advento de uma crise acerca da consciência histórica (BURKE, 1997). Ao visitar esses períodos da produção humana, percebe-se que as fronteiras entre história e ficção se veem abertas, depois se fecham, para então abrirem-se novamente.

---

3. Outro estudo que configura a formação do público leitor de romances nos séculos XVII e XVIII é “O público leitor e o surgimento do romance”, de Ian Watt. Esse ensaio compõe a coletânea crítica *A Ascensão do Romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding* (1990), do mesmo autor. No texto em questão, além de delinear as frentes formais do gênero, Watt apresenta a forte influência do público feminino para a difusão da nova narrativa. Segundo o pesquisador, boa parte dos romances da época era direcionada a essa recepção. Para o crítico, o campo editorial tinha a nítida pretensão de colocar no mercado romances amenos, que agradassem o público burguês ascendente.

Ao que parece, a noção da especificidade de cada uma dessas áreas sofreu variação ao longo dos séculos. A fatura, nesse caso, decorre do próprio percurso, tendo em vista que esse processo gerou um comportamento no mínimo mais flexível, em que, “os historiadores contemporâneos demonstram mais respeito pela imaginação do que nos tempos, não muito distantes, em que afirmavam simplesmente descobrir ‘os fatos’” (BURKE, 1997, p. 113). Nesse percurso e no que lhe concerne, o romance foi se fazendo cada vez mais adequadamente capaz de reorganizar o pensamento humano acerca de sua própria existência. Desta feita, observamos que o diálogo entre literatura – como forma de produção artística –, história e romance – este como gênero específico – torna-se cada vez mais presente a partir de um modelo próprio de escrita, o romance histórico. Estamos diante de uma forma narrativa que surge nas primeiras décadas do século XIX, segundo a teoria de György Lukács (2011).

No plano dos estudos literários, o romance histórico, de acordo com os primeiros pressupostos lukácsianos, corresponde às narrativas cujo objetivo explícito consiste em promover uma apropriação dos fatos históricos de uma dada comunidade humana, de um determinado momento também histórico. O autor dessa espécie narrativa vai se valer de eventos factuais, buscando uma identificação entre sua criação e o momento axial da vida histórica, que será matéria fundamental de apropriação do que se tornará arte, literatura. Nessa medida, coube ao romancista de ficção histórica a recuperação de um passado como pressuposto para configuração/compreensão do presente. Um dos fundamentos do romance histórico seria, portanto, a capacidade que tem essa forma narrativa de trazer à tona uma versão mais justa, mais ampla e ao mesmo tempo mais complexa da história, no âmbito da ficção. Segundo o teórico húngaro, os clássicos do romance histórico, produzidos durante o vasto século XIX, “realizam um retrato amplo e rico da vida do povo e do ‘indivíduo histórico-mundial’ como o supremo resumo e encarnação das tendências mais significativas de uma transição importante na vida do povo” (LUKÁCS, 2011, p. 377-378).

Já no século XX, ao assentar-se sobretudo nos países descolonizados, o romance histórico encontrou aspirações e cenário que o condicionou a um modo particular de criação, distinguindo-o, em certa medida, do protótipo estabelecido pelo teórico húngaro, ainda que mantendo o seu principal postulado, a reverberação das linhas de força da vida histórica no presente, o que o teórico nomeará por “presentificação do passado” (LUKÁCS, 2011). É nesse cenário que se dá a conhecer o romance histórico contemporâneo. Do ponto de vista da abordagem crítica, quem primeiro teria definido os parâmetros desse novo modelo de escrita, na América Latina, teria sido o crítico uruguaio Fernando Ainsa (1991), na esteira de uma sugestão do também crítico uruguaio

Angel Rama. Para o primeiro estudioso, o advento do século XX trouxe consigo mudanças profundas na maneira como os vários segmentos viam as ciências, afirmadas, sobretudo no último século, como saberes imutáveis. A história, como verdade humana, passa a ser questionada em relação à sua intenção de fidelidade. Ao longo de dois séculos de produção dessa espécie narrativa, alguns momentos específicos foram sobressalentes na produção desse modelo.

No caso da América Latina, o romance histórico contemporâneo surge praticamente no marco que inicia a segunda metade do século XX, mais precisamente no ano de 1949 com a publicação da obra *El reino de este mundo*, de Alejo Carpentier, ainda que o fôlego na produção dessa forma literária tenha se dado a partir dos anos de 1960 e 1970, em configurações de cultivo regular – dentro de um projeto de escrita consciente e de vontade coletiva dos escritores desse espaço geopolítico. Entre as escolhas narrativas dos autores do romance histórico contemporâneo destacam-se a distorção, a omissão, o anacronismo e os exageros em relação ao fato recuperado da história. De toda forma, o que vemos no romance histórico contemporâneo é um interesse generalizado pela história, com a intenção clara de revê-la, descaracterizando-a. A história e a identidade nacional se tornam temas a serem desbravados. No modelo da nova narrativa de extração histórica, a problemática da fundação das nações e as origens dos estados nacionais ocupam lugar de destaque na medida em que são reavaliadas as escrituras que outrora contaram utopicamente o processo de colonização e de formação das nações, como veremos nos romances que aqui propusemos analisar.

A forte tendência para a produção do romance histórico na segunda metade do século XX, mais especificamente nas três últimas décadas do citado século está, por tudo isso, balizada não mais por uma evidente necessidade de compreender o movimento das fundações nacionais, mas o de dar a ver os seus desdobramentos em prol de uma reorganização e da compreensão das forças motrizes da história reverberadas como causalidades no presente. Talvez embalados por essa necessidade, os romances históricos, como afirmou Perry Anderson (2007) apontem para períodos de transições e crises. Em seu contundente texto em defesa da permanência do romance histórico, Perry Anderson destaca que a relevância dessa forma literária na segunda metade do século XX pode ser aferida da seguinte forma:

O que elas traduzem [a forma literária romance histórico], essencialmente, é a experiência da derrota — a história do que deu errado no continente, a despeito do heroísmo, lirismo e colorido: o descarte das democracias, o esmagamento das guerrilhas, a expansão das ditaduras militares, os desaparecimentos e torturas que marcaram o período. Daí a centralidade de

romances sobre ditadores nesse conjunto de escritos. As formas distorcidas e fantásticas de um passado alternativo, de acordo com essa leitura, seriam originadas a partir das esperanças frustradas do presente, bem como de muitas reflexões, advertências ou consolações (ANDERSON, 2007, p. 218).

No caso dos romances históricos contemporâneos, a intenção central se mantém como a busca por uma restauração dos nexos, via elaboração estética, trazendo à tona uma urgência para com as negligências da vida humana, condicionadas por um determinado modo de condução da história. Nesse aspecto, essa forma literária na contemporaneidade seguirá alertando para um modo de consciência que se é preciso ter sobre o processo contraditório da vida e da história e, nesse aspecto, o romance histórico contemporâneo mantém a sua validade tal qual a proposta inicial já anunciada por György Lukács (2011). Por seu turno, o *corpus* aqui em cotejo, a saber, *O tetraneto Del-Rei* (1982), do autor brasileiro Haroldo Maranhão e *A gloriosa família: o tempo dos flamengos* (1997), do angolano Pepetela, recuperam tempos históricos, mais propriamente um tempo histórico localizado dentro do processo de colonização de suas respectivas pátrias. Nesse caminho, a partir do diálogo entre a literatura produzida pelos autores e a sua estreita relação com a história, procuramos entender quais mecanismo foram utilizados na produção dessas obras, lendo-as, portanto, como modelos de romance histórico contemporâneo. Para esse fim, coube aqui entrecruzar o que já discutimos acerca dessa forma narrativa de extração histórica e a matéria ficcional dessas duas importantes obras da literatura de língua portuguesa.

*O tetraneto Del-Rei*, um romance histórico em certa medida indianista, de um indianismo revisitado, apresenta algumas estratégias que o filia ao modelo de narrativa histórica que aqui estamos discutindo. Começamos por dizer que a obra de Haroldo Maranhão é composta por uma linguagem arcaizante, que recupera um vocabulário próprio da época historiografada. Essa estratégia linguística, escolhida pelo romancista paraense, pode ser percebida nas cartas de informação e amor destinadas à sua amada portuguesa, que repartem espaço com alguns vocábulos de baixo calão, proferidas tanto pelos integrantes da narrativa quanto pelo narrador onisciente. Esses vocábulos baixos, que não se encontram veiculados nas cartas para a pretendente lusitana, recorrentes em certos momentos do texto, preludiam o caráter dúbio da narrativa que, por sua vez, parece ser o projeto elaborado por Haroldo Maranhão para a desconstrução do caráter consagrado da Historiografia, já que a dubiedade narrativa traz à tona, no mínimo, duas versões acerca da história oficial. No caso específico da linguagem, a dubiedade está no uso de uma língua formal do século XVI em oposição aos termos chulos que surgem em diversos momentos da narrativa, estabelecendo e clareando os paradoxos.

Em relação à contestação da história, promovida, então, por essa dubiedade, é importante dizer que dois discursos são paralelamente construídos no percurso do processo colonizador empreendido por Dom Jerónimo, protagonista da narrativa e cunhado de Dom Duarte Coelho, primeiro donatário das terras de Pernambuco e líder da esquadra que traz portugueses, inclusive seus parentes, para desbravar e captar as riquezas desses ermos. De um lado, Dom Jerónimo, o Torto, ao redigir as cartas para sua senhora portuguesa, se coloca como um dos importantes heróis do processo de colonização, ocupação e difusão da cultura da metrópole. Em relação a esse personagem, vale apontar o que a crítica tem apresentado. Segundo Sérgio Afonso Gonçalves Alves, “*O tetraneto Del-Rei* é um anti-herói, um pícaro, que acredita ingenuamente, estar contribuindo para a grandeza histórica do seu país sem, contudo, ter a consciência de que seus feitos se fizeram desastrosos” (2006, p. 170). A forma como esse protagonista promove seus discursos se dá de maneira galanteadora, mostrando a força das intempéries que o acomete nessas terras desconhecidas e a serem desbravadas, colocando-se, assim, como herói maior desse processo que contribuirá com a Santa Ordem portuguesa. Segundo Alves “Nas cartas que envia a sua amante, Dom Jerónimo se descreve equiparando-se, em atitude e no perfil psicológico, ao herói português, capaz de feitos dignos de serem louvados por todo um povo” (2006, p. 177). Mas é sempre importante salientar que se trata de um personagem pícaro, por isso mesmo, do outro lado, entra o discurso do narrador, que por sua vez desconstrói esse caráter heroico e rebaixa os feitos promovidos pelo protagonista, mostrando uma versão muito pouco idealizada das ações promovidas pelos desbravadores. Nesse discurso habitam as categorias da paródia e, sobretudo, da ironia, elementos narrativos largamente praticados pelo romance histórico contemporâneo.

Nessa busca pelo discurso oficial, mesmo que para promover a desconstrução, vale lembrar que a obra de Haroldo Maranhão recupera não apenas a Historiografia oficial de Portugal-Brasil, mas se constrói num entremeado de textos, numa espécie de teia que deixa ver outras fontes que não só a da Historiografia. Para Alves “essa complexidade intertextual possibilita a abertura para com a tradição literária do Brasil e Portugal, por meio da ironia crítica que assume o caráter de desconstrução” (2006, p. 159). É o caso, nesse aspecto, da tomada que o romancista faz da história da literatura brasileira, apresentando, em seu texto, trechos e alusões a importantes literatos desse país, assim como a clara intertextualidade com Camões, por isso mesmo, com a literatura do colonizador. Além disso, Haroldo Maranhão promove intenso diálogo com as fontes interpretativas nacionais, ao recuperar, afirmando ou desconstruindo, os primeiros intérpretes do Brasil, como Sérgio Buarque de Holanda. Com isso, nota-se que

o romance do paraense é, antes, uma estrutura coberta por várias estruturas e não se restringe a recuperar e reconstruir apenas o discurso posto pelos historiadores acerca do processo colonizador na América. Assim, como vemos, o romance em questão se apresenta como uma sùmula da história e da literatura. Para Sérgio Afonso Gonçalves Alves, “esse diálogo apresenta um quadro que norteia quase todo o conjunto de obra de Haroldo Maranhão: o jogo com nomes, o entrelaçamento de textos, a intertextualidade, a apropriação associada à montagem que constroem o texto como tecido, emaranhado de fios que conduzem a um diálogo de autores e textos” (2006, p. 112).

Outro ponto bastante importante na constituição desse romance é o uso da ironia. Esse recurso está presente, por exemplo, quando Duarte Coelho, por não conseguir se pronunciar com clareza, confunde os seus comandados, que, por isso, se tornam frágeis nos combates contra os naturais, empreendidos nas novas terras. Por seu turno, os comandados acreditam não terem compreendido o seu comandante devido ao alto nível de erudição do chefe. Na verdade, o que está posto em questão, nesse aspecto, é a própria linguagem e o seu uso. Há, também, várias descrições rebaixadas dos homens comandados e suas precárias condições de estadia, assim como a insalubridade das naus. Ao expor a situação dos desbravadores, o narrador destrona, ironicamente, um índice importante do processo colonizador: os homens sempre fortes e de bom espírito, vindos das terras colonizadoras. O homem e sua moral heroica, nessa perspectiva, é sempre rebaixado, como se pode perceber no trecho sobre o combatente Calafurna: “sujeito pesado e grosso, não falava, roncava, grunhia, um bípede peludo, de largo peito e braços desiguais” (MARANHÃO, 1982, p. 289). No entanto, com a morte desse homem “ordinário”, sua figura é consagrada à condição de herói, quase mártir. Nesse aspecto, apresenta Alves: “a ironia se dá na tensão entre a descrição física desses personagens, com seus hábitos baixos, e a grandeza da missão que lhes foi destinada. É irônico que um bando de sujos e degredados tenham sido os responsáveis pela colonização da terra recém-descoberta” (2006, p. 191). A própria dubiedade do discurso, proferido ora pelo protagonista, ora pelo narrador onisciente, é a prática irônica empreendida, nesse romance, em relação aos escritos historiográficos consagrados desde a carta de Pero Vaz. A resistência dos indígenas também é outro elemento irônico apresentado pelo narrador onisciente. O termo Torto, para designar um filho ilustre português, de ascendência nobre, também se dá como um índice irônico: “a ironia não possui unicamente como objetivo esboçar o deboche, o ridículo ou o desprezo, defendido pelas teorias intencionalistas, mas provocar reações em função do caráter ambíguo do sentido. E é nesses termos que tomamos o sentido de ironia para abordar o romance *O tetraneto Del-Rei*” (ALVES, 2006, p. 168).

Publicado em 1997, *A gloriosa família: o tempo dos flamengos*, recupera o período de colonização e de exploração europeia sobre essa região do espaço onde hoje é Luanda. A investida da narrativa de Pepetela é sobre a disputa entre portugueses e holandeses pelo território outrora colonizado por aqueles navegadores, assim como as vantagens econômicas vislumbradas nesse espaço de terra. No percurso dessa disputa, as questões próprias dos povos de Angola vão surgindo e ganhando proporções de um relato revelador da condição única de povos submetidos aos desmandos e desacertos de seus colonizadores, ávidos, por sua vez, pelo lucro advindo da exportação escravista. Ao trazer à tona a primeira metade do século XVII em Luanda e os fatores históricos desse período, tocando, sobretudo, nas questões relativas ao expansionismo e à exploração colonial, Pepetela faz surgir um modelo próprio do romance histórico contemporâneo.

No que tange à ironia emprestada ao romance, ela se manifesta já nos primeiros momentos da narrativa, quando se descobre que a história será narrada por um escravo mudo. Apesar do estranhamento gerado pela escolha desse modelo de narrador, a estudiosa Rosângela Manhas Mantolvani explica que o escravo mudo “encontra-se imerso em um universo particular, onde sua mudez física não é capaz de calar os pensamentos mais irônicos em relação às culturas dos europeus, sejam portugueses ou holandeses”. Com isso, “ao discursar sobre o colonizador branco, o negreiro, e todas as personagens envolvidas no enredo, termina por contar sua própria história” (2010, p. 249). Outros pontos acerca desse personagem particular chamam ainda mais atenção: sua capacidade de ilustrar as movimentações sociais, econômicas, políticas e culturais em vigência, em um momento de intensa disputa entre os povos de Holanda e Portugal.

a ocupação da cidade de Luanda, um espaço anteriormente pertencente ao reino de Ngola (Angola), construída pelos portugueses em 1578, já era prevista pelos conquistadores holandeses, que procuravam negociar, há muito tempo, com o reino do Congo e outros nas costas africanas; e aconteceu em função da necessidade de fornecimento de mão-de-obra para várias colônias portuguesas no mundo, especialmente Pernambuco e as ilhas caribenhas (MANTOLNANI, 2010, p. 130).

Os relatos produzidos pelo escravo anônimo, e conhecedor absoluto das questões que os cercam, são aspectos de destaque no romance histórico de Pepetela. Eles são, por si mesmos, marcadores da ironia. Esse narrador é responsável por conduzir o leitor pelo fio narrativo que ele mesmo tece, mostrando como a economia e as relações sociais do período narrado foram completamente articulados/desarticulados pelos colonizadores. Assim, é pela perspectiva desse narrador que se abre, para os leitores, a conjuntura local da época, baseada em um sistema capitalista, por sua vez “apoiado nas invasões,

furto e na escravidão”. Assim, é pelo narrador – escravo, mudo e guia – que fica assegurada “a temática da desordem provocada pela devastação do poder do Império sobre as terras descobertas” (MANTOLVANI, 2010, p. 208). Narrador e enredo articulam a “paródia da história oficial, de maneira que a constituição dessa paródia será revelada pela explicitação do recurso da ironia, utilizado pelo narrador em diferentes enunciados do romance *A gloriosa família*”.

No âmbito do romance, além da escolha de um narrador personagem e escravo, ao mesmo tempo onisciente, a ironia está presente no tratamento que é dado, em certos momentos, às figuras históricas consagradas, como no caso do “proprietário” do escravo, Baltasar Van Dum, que urinou nas botas ao ter que justificar determinada transação escravista.

O meu dono, Baltasar Van Dum, só sentiu os calções mijados cá fora, depois de ter sido despedido pelo director Nieulant. Mijado, mas aliviado, com a cabeça de raros cabelos brancos, ainda em cima dos ombros. O meu dono saiu do gabinete do director tão pálido como entrou, mas com o risinho de lado que lhe fazia tremer o bigode. Por vezes o risinho era de nervosismo, hoje de euforia (PEPETELA, 1999, p. 11).

Logo se vê que as figuras notáveis e sobre as quais a história imputou respeito e medo são, pelas vias da narrativa em questão, mais frágeis do que o discurso historiográfico pode apresentar. Outro índice irônico é a personagem vidente Matilde, que desarticula o poder sacro católico ao ter premunições e, ainda, ao se relacionar sexualmente com um representante religioso, o padre.

Vale apontar, como elemento de filiação desse romance àquele modelo de ficção de recuperação histórica, apresentado por Fernando Ainsa (1991) e Perry Anderson (2007), os índices textuais que remetem o texto a um período histórico específico. Além dos três últimos capítulos terem seus títulos datados, respectivamente por “Março de 1647”, “Outubro de 1647” e “Agosto de 1648”, os demais capítulos desse romance são iniciados por epígrafes retiradas do discurso historiográfico. Para Rosângela Manhas Mantolvani, “Uma das características dos romances históricos e também dos novos romances históricos é o amplo emprego de marcadores temporais, os quais possam assegurar o leitor princípios de informatividade” (2010, p. 120).

O que se percebe, por fim, é que alguns aspectos importantes unem os dois romances aqui cotejados. De forma sucinta, vale dizer que ambos trabalham a matéria da colonização e os desdobramentos inerentes a esse momento histórico. Enquanto em *O tetraneto Del-Rei* o que está em jogo, de certa forma, é ambição dos desbravadores, representado, sobretudo, pelo donatário Duarte Coelho, em *A gloriosa família* são os

holandeses e os portugueses os protagonistas de uma ambição pelo comércio escravista que tinha, como principal fonte de mercadoria, a região de Luanda, em Angola. Vale lembrar que a retomada definitiva do poder e do território por parte dos portugueses sobre os holandeses se dá, sem sombra de dúvidas, pelo prejuízo que os lusos notaram ter com a situação vigente em que os holandeses possuíam o poder nessa área do comércio, a saber, a venda de escravos, dentro de um período histórico definido, claro. O romance de Pepetela mostra que boa parte da esquadra que auxilia o ataque dos portugueses sobre os holandeses provém de líderes econômicos do Rio de Janeiro, que por sua vez não permitem mais a mão-de-obra escravista de segunda mão, filtrada pelos holandeses, que eram, até então, os principais captadores e comerciantes dessa matéria, desde a primeira metade do século XVII.

Outro ponto que une as duas narrativas, também de ordem temática, é o trato com a matéria da miscigenação. Enquanto Dom Jerónimo, o Torto, promove a mescla dos povos e culturas, materializada no casamento com a índia Tabajara e, posteriormente, pela conversão da mesma à religião portuguesa, em *A gloriosa família* é Baltasar Van Dum que caminha para essa prática, ao inserir em sua família negros e brancos, através de relações sexuais que respondiam às convivências. Assim, nesse romance, mesclam-se culturas, não apenas a local e a portuguesa, mas várias culturas, tanto de Europa quanto das zonas regionais circundantes de Luanda. Cabe também à família de Baltasar Van Dum a missão da difusão dos povos nos diversos territórios. Nessa grande família, gradativamente, vai se percebendo a movimentação dos filhos de Baltasar, os “legítimos” ou não, que vão, após casarem-se com homens e mulheres de outras etnias, migrando para outros espaços dentro das margens da África.

Entre outros, o discurso sobre a identidade é explícito, pois remete às origens de cada um dos filhos de Baltasar e, dessa maneira, representa uma mestiçagem que incluem os originários da “família gloriosa” em diferentes grupos, a partir de casamentos: Gertrudes se casa com um cristão de origem judia, o Pereira; Rodrigo com Nzuzi, filha do governador congolês, Matilde se casa com um francês, de quem tem um filho: Henri; Ana se casa com um português; Ambrósio se casa com Angélica Ricos-Olhos, uma mestiça brasileira; e Hermenegildo arranja um filho com Chicomba, uma escrava. Somente Rosária é proibida de se casar, porque escolheu um escravo, e termina só, entre orações e descontentamentos. Cada um dos filhos do flamengo se lança a um canto do território: Gertrudes em Massangano, Diogo no Bengo, Rodrigo no Congo, Ambrósio em Luanda, Matilde também, Benvindo em Benguela. É importante ressaltar que a origem dessa identidade não é exclusivamente portuguesa, mas branca e negra, ou seja, mestiça. E uma mestiçagem cujo tronco principal tem o branco holandês e a negra angolana (MANTOLVANI, 2010, p. 279).

Sem a pretensão de dizer que o assunto se encerra aqui, podemos afirmar que o romance histórico contemporâneo *A Gloriosa família* também é um retrato da miscigenação e da difusão dos povos, assim como o é *O tetraneto Del-Rei*. Obras que, ao exporem seus respectivos ambientes e tempos históricos, de eventos importantes na história dos povos, reconstruídos via ficção, o faz a partir de um novo olhar, proposto pela perspectiva de quem averigua as coisas desconfiando delas, sobretudo, desconfiando das versões oficiais apresentadas pela história.

Desta forma, o que os romances históricos aqui apresentados fazem, via arte, é a revisão de certa perspectiva historiográfica consagrada. Essa revisão só é possível, como viemos discutindo, a partir de determinadas escolhas de elementos que constituirão a produção narrativa, como é o caso da paródia e, sobretudo, da ironia. É por meios desses elementos que o ficcionista vai tentar uma nova abordagem do fato histórico recuperado, trazendo à tona, quase sempre, uma versão mais justa e mais complexa do que outrora fora apresentado por uma única perspectiva. Vale, nesse aspecto, retomar o estudo de Sérgio Alves acerca da importância do romance de Haroldo Maranhão. As palavras tecidas pelo crítico também podem ser pensadas, nesse caso, para compreender certo objetivo verificável na produção de Pepetela. Para o estudioso, a revisão aparece “de modo a fazer refletir sobre o discurso do opressor e sobre o resultado de um processo de hibridização, em que elementos de duas ou mais culturas, no instante do contato, repensam seus princípios, seus métodos e meios de sobrevivência, no período de colonização” (2006, p. 215).

Ao que constatamos, os dois romances aqui estudados representam típicos modelos do romance histórico contemporâneo, segundo as premissas centrais acerca dessa modalidade de escrita. Ao se inscreverem nesse modelo de escrita produzem, satisfatoriamente, o papel de rever, visitar e oferecer múltiplas visões de um discurso antes acessado apenas nos compêndios da Historiografia. Por isso mesmo, acreditamos ser o romance histórico uma forma literária com forte vigor nos dias de hoje. Podemos ainda atestar que esse modelo de narrativa ficcional é uma necessidade histórica (ANDERSON, 2007) dos povos, sobretudo os das ex-colônias, na medida em que reflete sua história. Nesse ponto há uma nítida aproximação entre o Brasil e a Angola. O romance histórico, nesse aspecto, se apresenta como uma das vias para essa reflexão. E, por sua vez, é no romance histórico contemporâneo, dado suas especificidades estruturais e ideológicas, que se faz possível uma visão mais ampla dos homens em sua dinâmica com as forças centrais de sua própria experiência que é, por extensão, resultado de uma movimentação muito mais pública e coletiva (LUKÁCS, 2011).

## REFERÊNCIAS

- AINSA, Fernando. La nueva novela histórica latinoamericana. *Plural*, México, s/v, n. 240, p. 82-85, 1991.
- ALVES, Sérgio Afonso Gonçalves. *Fios da memória, jogo textual e ficcional de Haroldo Maranhão*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.
- ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. In: *Novos estudos*. CEBRAP, s/v, n.77, São Paulo, março de 2007, p. 205-202. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000100010&script=sci_arttext). Acesso em 9 nov. 2022.
- ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. *A poética clássica*. Trad. do Grego: Jaime Bruna. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1988.
- BURKE, Perter. As fronteiras instáveis entre a História e a Ficção. In: AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (orgs.). *Gêneros de fronteira*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 197-115.
- LUKÁCS, Georg. *La novela histórica*. México: Era, 1966.
- MARANHÃO, Haroldo. *O tetraneto Del-Rei*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- MANTOLVANI, Rosângela Manhas. *Das invasões às fogueiras: os discursos excêntricos em Saramago e Pepetela*. São Paulo: FFLCH/USP, 2010.
- MATA INDURÁIN, Carlos. “Retrospectiva sobre la evolución de la novela histórica”. En: Kurt Spang, Ignacio Arellano y Carlos Mata eds. *La novela histórica*. Teoría y comentarios. Pamplona: Universidad de Navarra, EUNSA, Anejos de RILCE, n. 15, 1998: 11- 50
- PEPETELA. *A gloriosa família: o tempo dos flamengos*. 4ª Impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SILVA, Rogério Max Canedo. *O romance histórico da colonização: a figuração artística transgressiva do passado em O tetraneto del-rei, de Haroldo Maranhão, A gloriosa família, de Pepetela, e As naus, de António Lobo Antunes*. 2016. 292 f. Tese (Doutorado em Literatura). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.